



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 631/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal.
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica.
- Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- Lei Federal nº 12.061, de 27 de outubro de 2009, que altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.
- Resolução CNE nº 3, de 15 de junho de 2010, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e à idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; à idade mínima e certificação nos exames de EJA; e à Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências.
- Resolução MEC nº 2, de 2 de fevereiro de 2016, que define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.
- Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007; a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

- Lei Federal nº 13.632, de 6 de março de 2018, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.

- Lei Federal nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

- Lei Federal nº 13.716, de 24 de setembro de 2018, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.

- Lei Federal nº 14.180, de 1º de julho de 2021, que institui a Política de Inovação Educação Conectada.

- Decreto Federal nº 12.048, de 5 de junho de 2024, que institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado.

- Lei Federal nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil — PNAES.

- Lei Federal nº 14.925, de 17 de julho de 2024, que dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, nascimento de filho, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo.

- Lei Federal nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 14.640, de 31 de julho de 2023.

- Lei Federal nº 14.952, de 6 de agosto de 2024, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.

- Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação — PNE.

- Constituição do Estado de São Paulo.

- Lei Estadual nº 15.096, de 22 de julho de 2013, que dispõe sobre políticas públicas destinadas à juventude e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Estadual nº 16.279, de 8 de julho de 2016, que aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Orgânica do Município.
- Lei Municipal nº 10.429, de 24 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação.
- Portaria da Secretaria Municipal de Educação — SME nº 3.006, de 19 de maio de 2004, que dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos — EJA na rede de ensino.
- Lei Municipal nº 14.058, de 10 de outubro de 2005, que institui o Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo — MOVA/SP, junto à Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.127, de 5 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Informação sobre demanda por acesso e permanência de crianças, jovens e adultos na rede municipal de ensino público e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 47.155, de 30 de março de 2006, que regulamenta a Lei nº 14.127, de 5 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Informação sobre demanda por acesso e permanência de crianças, jovens e adultos na Rede Municipal de Ensino.
- Lei Municipal nº 15.648, de 14 de novembro de 2012, que estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos — CIEJAs na Rede Municipal de Ensino do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 16.171, de 16 de abril de 2015, que garante a entrega gratuita de material didático e alimentação aos alunos atendidos pelo Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo — MOVA-SP e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo.
- Lei Municipal nº 16.674, de 26 de junho de 2017, que institui o Programa Busca Ativa São Paulo no município e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.820, de 2 de fevereiro de 2018, que autoriza o Poder Executivo a promover a reorganização do Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos — MOVA e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.405, de 20 de julho de 2020, que dispõe sobre o pagamento de auxílio financeiro às entidades executoras do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo — MOVA/SP; autoriza a Secretaria Municipal de Cultura a promover programação com atividades on-line e as demais Secretarias a utilizar o mesmo sistema.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Decreto Municipal nº 60.389, de 20 de julho de 2021, que regulamenta a ampliação das atividades presenciais dos estabelecimentos de ensino na Cidade de São Paulo, nas condições que especifica.
- Lei Municipal nº 17.623, de 20 de agosto de 2021, que autoriza o Poder Executivo a oferecer matrículas de Ensino Médio nos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos — CIEJA, nas condições que especifica, e dá outras providências.
- Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Educação — SME nº 25, de 10 de agosto de 2022, que estabelece normas para a celebração e o acompanhamento do termo de colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação — SME e as Organizações da Sociedade Civil, visando ao atendimento às classes integrantes do Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo — MOVA/SP.
- Lei Municipal nº 18.193, de 11 de dezembro de 2024, que autoriza a instituição do Programa Educação Aberta para a Terceira Idade.
- PL 506/2026 Dispõe sobre a criação de turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA nas dependências da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências
- PL 1549/2025 Institui o Programa de Busca Ativa da Educação de Jovens e Adultos - EJA, estabelece responsabilidades intersetoriais entre Secretarias Municipais, cria mecanismos oficiais de divulgação e mobilização e dá outras providências.
- PL 1548/2025 Dispõe sobre a instituição, no âmbito do município de São Paulo, do Programa Municipal de Incentivo à Permanência dos Estudantes na Educação de Jovens e Adultos EJA da Cidade de São Paulo e dá outras providências.
- PL 1417/2025 Dispõe sobre a criação de Pontos Móveis de Informação e Matrícula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Município de São Paulo, com prioridade para territórios de maior vulnerabilidade social.
- PL 1141/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para inserir, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, a Semana Municipal de Incentivo à Educação de Jovens e Adultos – EJA e dá outras providências.
- PL 229/2024 Institui rede de apoio para estudantes mães na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas da Rede Pública de Ensino do Município de São Paulo.
- PL 674/2022 Autoriza o Poder Executivo a instituir a Bolsa Auxílio Permanência para estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA da rede municipal de ensino.
- PL 32/2021 Institui a realização de campanhas públicas sobre a Educação de Jovens e Adultos - EJA, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- PL 14/2020 Torna obrigatória a manutenção das turmas presenciais do programa de educação de jovens e adultos - EJA pela secretaria municipal de educação de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 21 de setembro de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
Procuradora Legislativa Supervisora Setor Pesquisa e Análise Prévia de proposições
OAB/SP 155.068